

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

- 2006 -

O ano de 2006 ficou marcado por uma intensíssima actividade que nos mobilizou sistematicamente.

Os palcos de intervenção foram inúmeros, como este Relatório claramente o demonstra, na preocupação sistemática de conseguirmos, da melhor forma, dar expressão aos anseios dos Trabalhadores que representamos.

Foi um ano difícil, mas que valeu a pena viver, pela intensidade, densidade e ritmo com que ocorreram. Valeu a pena, apesar de tudo, pelos resultados obtidos que uma análise atenta permite verificar que, no cômputo global, se revelaram positivos em termos de intervenção sindical. Podemos concluir que a FNE e os seus sindicatos souberam intervir civicamente de forma adequada para cada uma das situações, conseguindo uma larga mobilização dos trabalhadores que representamos e que nos aspectos em que não obtivemos tudo o que pretendíamos, deixámos a semente que fará germinar novos e aliciantes resultados.

Os dirigentes e activistas sindicais da FNE e dos seus sindicatos não desanimam, nem baixam os braços, antes são perseverantes e pacientes.

Com o fim de 2006, dizemos adeus a um dos nossos sindicatos. Com efeito, no final do ano, o SINDLEP foi extinto, em resultado da extinção das delegações e subdelegações escolares. Impõe-se que neste relatório se reconheça o contributo dado por este sindicato, pelos seus dirigentes e associados, no âmbito do trabalho desenvolvido pela Federação, assim como a disponibilidade, solidariedade, intervenção e grandeza da sua participação, em toda a área da educação.

Ao longo do ano de 2006, a FNE esteve envolvida num vasto conjunto de actividades que iremos apresentar agrupadas pelos seguintes títulos:

I – As grandes áreas de actuação da FNE em 2006

II – Acompanhamento do Sistema Educativo e da Situação Política, Económica e Social

III – Acção Reivindicativa

IV – Comunicação

V – Actividades Culturais e Sociais

VI – Cimeiras

VII – Participação nas Organizações em que estamos Filiados

VIII – Outras Participações

I – As grandes áreas de actuação da FNE em 2006

Para facilidade de apresentação do nosso relatório, impôs-se subdividir o presente capítulo nas seguintes secções:

- **Concursos relativos ao Pessoal Docente**
- **Participação no Grupo de Trabalho decorrente do Acordo de 16 de Novembro**
- **Professores de Português no Estrangeiro**
- **Revisão do ECD**

- **Trabalhadores Não Docentes**
- **Representatividade e Dispensas para o exercício da actividade sindical**
- **Alterações na Administração Pública**

Concursos relativos ao Pessoal Docente

A realização dos concursos do pessoal docente, por parte do Ministério da Educação, teve, ao longo de 2006, vários momentos de perfeita descoordenação e de desconsideração para com os professores e educadores, destacando-se, pela negativa, três situações:

- Alteração do regime vigente até Janeiro de 2006;
- As colocações, ocorridas em Agosto, decorrentes da afectação,
- Alteração das regras relativas à contratação.

Relativamente à alteração da legislação, foi realizada uma reunião com o ME, logo no início de Janeiro, na qual a FNE criticou a opção por sucessivas alterações à legislação, sem se proceder à avaliação da sua aplicação, criando instabilidade no sistema.

Contudo, em termos negociais, fez-se uma apreciação ao projecto de revisão dos concursos então apresentado, destacando-se, entre muitos outros, os seguintes aspectos:

- Registo de um agravamento em relação à versão anterior;
- Discordância relativamente à plurianualidade;
- Registo da nova prioridade para os destacamentos por condições específicas;
- Necessidade de salvaguardar situações de docentes com deficiência física ou motora devidamente justificada, cuja colocação fosse de carácter duradouro, evitando a mobilidade anual;
- Necessidade de acautelar a consideração do Artigo 56º, do ECD, no cálculo da classificação profissional;
- Recusa de aceitação da intenção do ME de proceder a alterações aos grupos de docência, nesse momento e da forma como o pretendia fazer.

Nas reuniões seguintes, com o Secretário de Estado Adjunto da Educação, nomeadamente em 10 e 17 de Janeiro, a negociação relativa à alteração do diploma de concursos reduziu-se a um processo formal, no decurso do qual o ME/Governo não aceita propostas de alteração das organizações sindicais, transformando as referidas reuniões num mero ritual protocolar.

Neste contexto, em finais de Fevereiro, e já com o processo de concurso a decorrer nos termos da nova legislação, foi enviado um ofício ao Secretário de Estado, com conhecimento à Ministra da Educação e ao Primeiro-Ministro, denunciando a instabilidade permanente vivida nos concursos, a discordância da existência no boletim de concurso da distinção entre “1º e 2º lugar”, no grupo E1, do Ensino Especial, a necessidade de ser concedida a possibilidade de os professores da Região Autónoma dos Açores procederem à sua inscrição e consequente candidatura, assim como o funcionamento até às 24 horas, no último dia previsto para os diversos prazos, das aplicações informáticas.

Ainda neste contexto, foi entregue, no dia 21 de Fevereiro, uma queixa ao Provedor de Justiça, relativa ao novo diploma de concursos, com especial destaque para a não consideração dos cursos relativos ao artigo 56º do Estatuto da Carreira Docente, para efeitos de graduação profissional.

A problemática relativa aos concursos foi sendo denunciada sucessivamente, em termos públicos, culminando numa Conferência de Imprensa, realizada no dia 15 de Fevereiro, na qual se deu também conhecimento da intenção em entregar a queixa na Provedoria de Justiça.

De referir ainda, que os sucessivos remendos introduzidos pelo Ministério da Educação, no decurso dos concursos, foram sucessivamente denunciados através de diversos comunicados.

Quanto à afectação de docentes, na qual não foram consideradas as necessidades do sistema, à não recuperação de vagas e uma antecipação da publicitação das listas que em nada favoreceu as escolas, mas antes agravou as deficiências enunciadas, a FNE fez o acompanhamento de toda a situação, denunciando o que estava a acontecer, realçando os prejuízos profissionais e pessoais que tais injustiças estavam a criar no seio dos professores e educadores, assim como no clima verdadeiramente desmotivador, criado pelo ME, no arranque de mais um ano lectivo.

No meio desta confusão, recorrendo a mais um remendo, o ME procede a um segundo momento de afectação, finais de Agosto, aparecendo como necessidades residuais do sistema mais uns milhares de vagas, provocando um total desvirtuamento da lista de graduação nacional.

Mais uma vez, a FNE denunciou esta situação, recordando que, quando da abertura de concurso tínhamos defendido a necessidade de mais vagas ao nível dos quadros de escola, a não concordância com as alterações aos grupos de docência, assim como, de um ponto de vista global, a ausência de planificação por parte do ME.

Da análise desta problemática, a FNE reivindicou, desde logo, que a validade do concurso devia ser unicamente de um ano.

Nesse sentido, procedeu ao envio de uma carta à Ministra da Educação, na qual foram apresentadas um conjunto de preocupações pela dimensão das injustiças a que os concursos deram lugar, tendo como objectivo a resolução deste problema. A entrega de uma queixa ao Provedor de Justiça, a partir da qual foi elaborada uma acção, entregue em tribunal, foram outras acções desenvolvidas com vista à anulação do concurso.

Posteriormente, foram enviadas à Provedoria de Justiça informações adicionais e esclarecedores sobre os factos apresentados, atendendo a um pedido de esclarecimento desta Entidade.

No final do ano de 2006, o ME apresentou um projecto de diploma relativo à contratação de docentes, alterando, mais uma vez a legislação relativa aos concursos, tendo ocorrido a primeira reunião de negociação no dia 15 de Novembro. Na referida reunião, a FNE identificou um conjunto de aspectos considerados inaceitáveis, destacando-se os seguintes:

- Passagem de Contrato Administrativo de Provedimento (CAP) para Contrato Individual de Trabalho (CIT);
- Substituição da Oferta de Escola por nova modalidade de contratação;
- Não consideração da lista de Ordenação dos Candidatos ao Concurso;
- Processo mais moroso, com maior burocracia ao nível das escolas, com eventual prejuízo para os alunos, quando a DGRHE podia continuar a fazer o concurso, respeitando a lista graduada existente.

Na reunião realizada no dia 6 de Dezembro, reforçámos o nosso ponto de vista, denunciando uma actuação legislativa, por parte do Governo, avulsa e descoordenada, dando como exemplo que o conteúdo do projecto relativo à contratação já procedia a alterações,

nomeadamente nos artigos 29º e 33º, em relação ao articulado do ECD que acabava de ser aprovado em Conselho de Ministros, mais concretamente no dia 23 de Novembro.

Posteriormente, a realização da reunião do dia 27 de Dezembro, atendendo ao pedido de negociação suplementar, entretanto efectuado, nada acrescentou em termos negociais ao articulado do ME.

Participação no Grupo de Trabalho decorrente do Acordo de 16 de Novembro

Na sequência do acordado, a FNE participou em diversas reuniões do Grupo Trabalho de Acompanhamento das práticas de organização e distribuição de serviço docente, tendo estado presente nas reuniões realizadas nos dias 10, 18, 24 de Janeiro, 21 de Março, 10, 18 e 26 de Abril e 23 de Maio, tendo como objectivo resolver situações anómalas, assim como contribuindo para a elaboração de um relatório final

Tendo por base a análise de diversos factos, relativos à celebração do Acordo de 16 de Novembro, nomeadamente atitudes contraditórias entre vários níveis de decisão do ME, a FNE elaborou um documento, traduzindo a nossa perspectiva, contribuindo para a inexistência de interpretações dúbias, assim como para a não verificação de motivos que possibilitassem o atraso da sua implementação no terreno e do seu desvirtuamento.

Estas situações perniciosas foram denunciadas, em finais de Janeiro, numa reunião realizada com a Ministra da Educação, na qual a FNE manifestou o seu desagrado pela demora da aplicação do Acordo de 16 de Novembro nas escolas.

Como mensagem para os docentes, foi elaborado um comunicado realçando as intervenções positivas ocorridas nas escolas, ao nível do acordo, mas reconhecendo a existência de outras ainda não resolvidas, afirmando a FNE o empenho na sua resolução.

Posteriormente, em Fevereiro, e atendendo ao funcionamento interno do Grupo de Trabalho Misto, com especial destaque para a maneira como a FNE tinha sido tratada, foi decidido enviar uma carta à Ministra da Educação, solicitando a marcação de uma reunião urgente tendo como objectivo debater o ponto de situação do acordo.

No mesmo dia da sua solicitação, ocorreu uma reunião na qual a FNE manifestou as suas preocupações, relativamente ao acordo de 16 de Novembro, tendo sido identificados os pontos de constrangimento, obstáculos e resistência à reorganização dos horários, assim como o funcionamento do Grupo de Trabalho.

A assinatura do Acordo de 16 de Novembro, a participação da FNE no Grupo de Trabalho Misto, e, evidentemente, as suas repercussões ao nível das escolas, obrigaram, em diversos momentos, a uma reflexão interna sobre a estratégia a desenvolver, com especial destaque para a efectuada, na sequência das declarações do Primeiro-Ministro, quando do alargamento das aulas de substituição ao ensino secundário, destacando-se os seguintes aspectos:

- A atitude e intenção do governo na manipulação da imagem que a sociedade tem dos professores, fazendo com que fique a ideia de que não querem trabalhar;
- Os professores saberem claramente quais são os seus direitos e deveres, não podendo ser posta em causa a sua dignidade profissional;
- A assinatura do acordo de 16 de Novembro não significava que a FNE estivesse impedida de manifestar o seu desacordo, relativamente ao mesmo, pois constatava-se que o Ministério da Educação não estava a cumprir inteiramente as suas responsabilidades;
- O princípio da Escola a Tempo Inteiro estava a ser deturpado pelo Governo, daí resultando um conjunto de medidas erradas.

Na sequência da reflexão efectuada internamente e em diversos momentos, foram tomadas um conjunto de decisões:

- Atendendo a que a FNE não estava impedida de manifestar a sua opinião, só porque tinha assinado um acordo, continuámos a dar sinais de contestação às posições do Ministério da Educação, de acordo com os nossos princípios;
- Elaborar um comunicado relativo ao alargamento das aulas de substituição ao ensino secundário;
- Denunciar a deturpação, por parte do Governo, do princípio da Escola a Tempo Inteiro, assim como da sua implementação;
- Reflectir sobre a oportunidade de solicitar audições aos grupos parlamentares;
- Criar factos que permitissem um afastamento, em relação ao Ministério, de modo a denunciar o não cumprimento dos compromissos;
- Reagir, através de comunicado, no dia 1 de Março, se até lá não fosse entregue o texto relativo à revisão do Estatuto da Carreira Docente, conforme previsto no acordo de 16 de Novembro;
- Aproveitar o Ciclo de Debates da FNE para, em cada dia, lançar para a opinião pública novas denúncias.

Em inícios de Maio, foi equacionada, novamente, a continuidade da FNE no Grupo de Trabalho, relativo à Organização das Escolas, tendo sido decidido, após a análise em termos estratégicos, que se devia manter.

O Grupo de Trabalho elaborou um relatório final que entregou à Ministra da Educação e que contém espelhada a posição que a FNE defendeu em todo o processo. Deste modo, a FNE contribuiu muito significativamente para que fossem corrigidos inúmeros horários de docentes, nos quais se verificava claramente uma sobrecarga inaceitável de trabalho na escola, com desrespeito pelo tempo individual de preparação da actividade lectiva.

Professores de Português no Estrangeiro

A FNE foi convocada para a negociação da alteração do Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro, assim como a regulamentação das normas técnicas relativas ao concurso para preenchimento dos lugares de docentes de ensino português no estrangeiro cujas reuniões de negociação ocorreram em Maio, nomeadamente nos dias 12 e 23 de Maio, e em 19 de Junho.

Antes do início da negociação, assim como na primeira reunião realizada para o efeito, a FNE denunciou o protelar do seu início pelo Ministério da Educação - que justificou com a necessidade de concertação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, decorrente da mudança de tutela.

Esta crítica decorria do estabelecido no acordo de 16 de Novembro de 2005, no qual tinha ficado consagrada a necessidade de encontrar um novo quadro jurídico para os professores de português no estrangeiro, assim como a urgência em iniciar o processo negocial até Fevereiro de 2006.

Sucessivamente a FNE foi sublinhando a necessidade de se abrirem as respectivas negociações, de forma que se assegurasse que o respectivo processo negocial decorresse de maneira a permitir a troca de propostas e contrapropostas.

Pelo facto do Ministério da Educação só ter apresentado a sua proposta em meados de Maio, a FNE alertou para a possibilidade de o início do ano lectivo ser posto em causa, pelo que defendemos que a situação então em vigor devia ser mantida por mais um ano, permitindo um processo negocial sério, sereno, que permitisse a inventariação de diferentes soluções, assim como a obtenção de soluções mais consistentes.

Ao longo da negociação, a FNE manifestou o seu total desacordo relativamente à proposta do governo, pois tínhamos como entendimento que a sua aplicação colocava muitos docentes numa situação precária de contratação, com um alto nível de insegurança.

Esta posição decorria dos docentes portugueses em exercício de funções, como professores de português no estrangeiro, não ficarem numa situação de destacamento, mas sim numa discutível situação de contratados, em acumulação com um pedido de licença sem vencimento.

Para além disso, o anteprojecto de decreto-regulamentar para os concursos de docentes de ensino português no estrangeiro previa, unicamente, a abertura de concursos para preenchimento de vagas em regime de contratação.

A conjugação destas situações anulava a diferenciação que existe entre professores dos quadros e professores sem vínculo ao Ministério, traduzindo-se numa discriminação entre docentes, tendo por comparação a situação existente no país.

Em termos práticos, esta situação origina que professores do quadro estejam colocados em regime de contratação, com horários incompletos, pagos à hora e com a conseqüente perda de vencimento e de tempo de serviço, o que terá reflexos na sua carreira e na aposentação.

Tendo por base este enquadramento, o Ministério da Educação avançou para a publicação do texto relativo ao Ensino de Português no Estrangeiro, assim como com a intencionalidade de abrir o concurso para 2006/2007 sem a publicação de legislação que lhe daria a base legal.

Esta atitude veio confirmar, infelizmente, que o início tardio da negociação, num primeiro momento, e a pressa negocial do Ministério, num segundo momento, não deviam ter acontecido, conforme a FNE tinha alertado em devido tempo.

Relativamente à negociação das tabelas salariais, realizada em Junho, a FNE denunciou a atitude do Ministério da Educação em propor tabelas remuneratórias com valores inaceitáveis.

Revisão do ECD

O ponto de partida para a revisão do Estatuto da Carreira Docente, de uma forma interna, foi dado pela votação de uma resolução, na reunião do Secretariado Nacional, no dia 7 de Abril, tendo como objectivo iniciar a reflexão e o debate interno sobre essa negociação.

Nesse contexto, foram inventariadas algumas situações sobre as quais, rapidamente, teríamos que construir um pensamento comum, nomeadamente:

- Início da carreira como professor ou educador;
- Desempenho e conseqüente avaliação das funções, assim como o reconhecimento do mérito;
- Desenvolvimento da carreira, com especial destaque para o acesso ao topo;
- Formação Contínua;
- Desgaste profissional e formas de compensação, ao longo ou no final da carreira;
- Alternativas ao actual vínculo laboral, como por exemplo o tempo parcial.

De um ponto de vista histórico, convém recordar neste momento, a reunião realizada no Ministério da Educação, com a Ministra da Educação e com o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, no dia 3 de Maio, na qual a FNE foi informada das intenções do ME relativamente à revisão do ECD, nomeadamente:

- Estavam a trabalhar para uma decisão quanto a um conjunto de princípios;
- Pretendiam rever a avaliação, atribuindo, ao nível do desempenho, um destaque especial à assiduidade, assim como a formação contínua e complementar;
- Equacionavam a consideração dos resultados escolares dos alunos, assim como a observação do desempenho, em contexto de sala de aula, como aspectos a ter em conta na avaliação;
- Quanto à carreira, admitiam a existência de duas vias, desempenho de funções docentes ou outros cargos, sem a existência de quotas, ou afunilamento, para o acesso ao topo;
- Admitiam a existência de contrapartidas para os docentes que tinham perdido a monodocência.

Desde logo, a FNE contestou as posições do Ministério da Educação, acrescentando que:

- Existia a necessidade de rever outras matérias do ECD, para além das apresentadas pelo ME;
- Os educadores e os professores, ao nível da carreira, deviam manter-se como corpo especial;
- Defendíamos a manutenção do topo da carreira, devendo a mesma corresponder ao topo da Administração Pública.

Na sequência da apresentação do texto Ministério da Educação, à comunicação social, no dia 27 de Maio, que não era, ainda, do conhecimento das organizações sindicais, o qual só foi entregue na reunião do dia 29 de Maio, a FNE promoveu uma reflexão interna, com a presença de todos os presidentes dos sindicatos, nos dias 6 e 7 de Junho, com o objectivo de definir a estratégia da federação, assim como analisar o texto do ME.

Relativamente à proposta de revisão do ECD, foi decidido proceder à sua análise de uma forma global, delimitando aspectos pertinentes, inventariando aspectos considerados inaceitáveis, equacionando-se possíveis soluções, para além de se analisar alguns artigos de uma forma mais específica.

Na primeira reunião do ME com a FNE, no dia 5 de Julho, relativa à negociação da revisão do ECD, fomos confrontados com uma metodologia e calendarização, não passível de negociação, pelo que o cenário apresentado foi o seguinte:

- 10 semanas para o efeito, traduzindo-se num total de 7 reuniões, sendo a primeira realizada na última semana de Julho tendo como objectivo a apreciação global da proposta do ME. Nas restantes reuniões seriam tratados os diversos conteúdos do ECD, por grandes eixos temáticos.

Tendo por base este enquadramento, a FNE foi convidada pela Fenprof, para um encontro de trabalho, no dia 7 de Julho, tendo como objectivo a troca de ideias sobre a negociação da revisão do ECD, assim como o convite para uma outra reunião, para a qual tinham sido convidadas todas as outras organizações sindicais, a realizar no dia 12 de Julho.

Esta situação no âmbito da revisão do ECD, com o recordar do resultado de uma outra situação em conjunto, da nossa iniciativa, que tinha culminado numa greve conjunta entre 20 e 23 de Junho de 2005, obrigou a FNE a proceder a uma análise global, não só do que tinha sucedido como do que estava a ser proposto, com especial incidência para a estratégia que a FNE devia assumir nas reuniões com as outras organizações sindicais, decidindo-se as seguintes linhas de actuação:

- Convergência de acções, em detrimento de unidade na acção;
- Necessidade de conciliar a convergência com a existência de propostas diferenciadas;
- Capacidade para gerir a luta e simultaneamente a de posições díspares;
- Preservação da identidade da FNE, na lógica de uma atitude de proposição pois o recusar da possibilidade de negociação pode originar a publicação, por parte do ME, de um documento no qual não foram introduzidas alterações;
- A manutenção de distanciamento em relação à proposta do ME;
- Aspectos inaceitáveis, na proposta do ME para revisão do ECD, que a manter-se serão impeditivos de qualquer tipo de acordo, nomeadamente a existência e divisão dos professores em duas categorias, limitação numérica do acesso na carreira e no reconhecimento do mérito, assim como o direito às faltas;
- A manter-se, na proposta do ME, um conjunto de aspectos inaceitáveis devem ser desenvolvidas um conjunto de actividades e acções com vista à mobilização dos docentes para formas de luta;
- Desenvolver iniciativas da FNE, em paralelo, com outras em convergência.

Após a reunião com o Ministério da Educação, no dia 26 de Julho, as diversas organizações sindicais de professores, constituídas numa Plataforma Sindical, promoveram uma Conferência de Imprensa, no dia 27 de Julho, na qual se procedeu à formalização da assinatura de um documento, identificando as matérias gravosas relativas à proposta do ME para a revisão do ECD. Para além disso foi equacionado um conjunto de acções em convergência, destacando-se a Marcha Nacional de Professores e Educadores, no dia 5 de Outubro, assim como a possibilidade de realização de uma ou mais greves.

No âmbito deste processo, a FNE organizou um Fórum, no início de Setembro, subordinado à temática da revisão do ECD, tendo, com a participação de convidados nacionais e estrangeiros, contribuído para a partilha e análise de informação pertinente, assim como mostrando à sociedade, em geral, e ao Ministério da Educação, em particular, a sua preocupação com a negociação do ECD e demonstrando, mais uma vez, o tipo de postura sindical que a norteia.

Ao longo do 4º trimestre foi desenvolvido um conjunto de iniciativas, nas quais se constatou uma grande mobilização e adesão dos professores e educadores, nomeadamente:

- Dia de Luto, 15 de Setembro;
- Marcha Nacional de Professores e Educadores / Dia Mundial do Professor, 5 de Outubro;
- Greve de Professores e Educadores, 17 e 18 de Outubro;
- Vigília à Porta do Ministério da Educação, 15 a 17 de Novembro;
- Plenário no Parque Eduardo VII, 17 de Novembro;
- Cordão Humano, do Parque Eduardo VII até ao Ministério da Educação, 17 de Novembro;
- Distribuição de uma Carta à População, 22 de Novembro.

Terminada que foi a negociação prevista pelo Ministério da Educação, em 31 de Outubro, assim como o seu resultado, internamente procedeu-se a uma reflexão sobre a mesma, na sequência da qual foi requerida a Negociação Suplementar, equacionando-se as iniciativas a levar a efeito no futuro, com especial incidência sobre a estratégia da FNE na negociação com

o ME, durante o processo de regulamentação, assim como o desenvolvimento de uma luta na vertente Jurídico-Constitucional, de modo a manter em aberto a revisão do ECD.

Nesse sentido, e atendendo que era necessário informar os docentes de que as lutas desenvolvidas tinham valido a pena, contribuindo para que o texto final, independentemente das grandes questões que nos separavam e separam do ME, contivesse situações menos gravosas do que as que nos foram propostas, foi elaborado um documento que continha de uma forma sintética, uma comparação que permitia atingir esse fim, realçando que a nossa luta é para obter resultados, demonstrando as alterações conseguidas entre a pior das versões apresentadas pelo ME e o texto, de 23 de Novembro, levado a Conselho de Ministros.

Ainda neste contexto, foi decidida a estratégia que devíamos levar a efeito nas reuniões e plenários sindicais, a elaboração de um manual contendo as respostas a um conjunto de perguntas mais frequentes e a preparação do apoio a prestar aos sócios dos sindicatos no âmbito do concurso à categoria de Professor Titular.

Por fim, já no final do ano, estivemos envolvidos, no âmbito da Plataforma de Sindicatos, na construção do ofício a dirigir ao director-geral da Organização Internacional do Trabalho, denunciando a actuação do Ministério da Educação/Governo ao longo de todo o processo negocial da revisão do ECD.

Em jeito de resumo, atendendo ao trabalho desenvolvido no âmbito da revisão do ECD, apresentam-se, por tópicos, as principais iniciativas levadas a efeito:

- FNE

- Conferências de Imprensa da FNE - 7/Abril e 8/Junho;
- Reuniões com ME - 29/Maio, 5/Julho e 26/Julho;
- Negociação Suplementar – 16 e 20/Novembro

- Plataforma Sindical

- Reuniões Internas – 12 e 24/Julho, 21/Setembro, 23 e 25/Outubro, 23/Novembro e 19/Dezembro;
- Reuniões com o ME - 6, 20 e 27/Setembro, 4, 12, 19 e 31/Outubro;
- Conferências de Imprensa Plataforma Sindical - 27/Julho e 20/Outubro;
- Reuniões com os Grupos Parlamentares;
 - Bloco de Esquerda, 14/Novembro;
 - CDS/PP, 28/Novembro.

O quadro seguinte pretende identificar, de uma forma rápida, as diversas etapas da revisão do ECD, nas quais a FNE participou activamente, comparando as iniciativas do ME e da FNE/Plataforma Sindical:

| Ministério da Educação | | FNE / Plataforma Sindical | |
|------------------------|-----------|---------------------------|---------------------------|
| 27/Maio | 1ª Versão | 30/Junho | Comentário FNE |
| | | 31/Julho | Parecer FNE |
| 6/Setembro | 2ª Versão | 28/Setembro | 7 Premissas |
| 4/Outubro | 3ª Versão | 11/Outubro | Contra-Proposta |
| 19/Outubro | 4ª Versão | 25/Outubro | Nova Proposta |
| 25/Outubro | 5ª Versão | 27/Outubro | Resposta Plataf. Sindical |

| | | | |
|-------------|--------------------|-------------|-------------------------|
| 31/Outubro | 6ª Versão | 2/Novembro | Declaração Final |
| | | 8/Novembro | Pedido Neg. Suplementar |
| 15/Novembro | 7ª Versão | 16/Novembro | Negociação Suplementar |
| 19/Novembro | 8ª Versão | 20/Novembro | Negociação Suplementar |
| 22/Novembro | Texto Definitivo | | |
| 23/Novembro | Conselho Ministros | | |
| | | 28/Dezembro | Queixa OIT |

Trabalhadores Não Docentes

Na sequência da publicação no Boletim de Trabalho e Emprego, para debate público, em 3 de Janeiro, de um regulamento para os Trabalhadores Não Docentes em Contrato Individual de Trabalho, para o qual participámos com um documento crítico, foi necessário criar condições para a existência de um Contrato Colectivo de Trabalho.

Nesse sentido, a FNE, em concertação com o SINTAP, a partir do texto existente, procedeu às alterações necessárias, pelo que apresentou uma proposta de CCT ao Ministério da Educação.

Foi também entendimento que a nossa participação nessa discussão pública, assim como na negociação do CCT não invalidava a necessidade de se proceder à revisão do Decreto-Lei nº 184/2004.

No início de Março, a FNE denunciou através de comunicado a ausência de protecção social, em situações tais como doença, maternidade, paternidade, adopção ou acidentes de trabalho, devido à transição da ADSE para a Segurança Social, de trabalhadores não docentes que tivessem celebrado um Contrato Individual de Trabalho.

Na sequência desta denúncia, assim como da pressão exercida junto do Ministério da Educação, o Governo aprovou um Decreto-Lei relativo às situações de transição do regime de protecção social dos funcionários e agentes da Administração Pública para o regime social dos trabalhadores por conta de outrem.

Um aspecto que mereceu o maior empenho foi o SIADAP, traduzindo-se na organização de diversos seminários, de âmbito regional, com vista ao cabal esclarecimento da sua aplicação, nos quais estiveram envolvidos centenas de Trabalhadores Não Docentes, membros dos Conselhos Executivos, Directores e representantes das Câmaras Municipais.

Em finais de Agosto, novamente a FNE denunciou uma situação grave relativa aos trabalhadores não docentes, com graves consequência para o funcionamento das escolas e posterior arranque do ano lectivo, nomeadamente a ausência de renovação dos contratos de trabalho a termo certo que terminavam a 31 de Agosto.

Esta problemática originou um grande interesse por parte da comunicação social, que na sequência das nossas posições, ampliou a gravidade desta situação, obrigando o Ministério da Educação a proceder ao seu esclarecimento e resolução, tendo os contratos sido renovados, sendo opinião geral que foi a atitude da FNE que potenciou a resolução deste problema.

Na sequência da publicação, em Agosto, do Regulamento Interno do Pessoal Não Docente dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário com Contrato de Trabalho, a FNE criou um grande dinamismo interno, assim como no âmbito da frente de sindicatos da UGT, com vista à negociação do Contrato Colectivo de Trabalho para os Trabalhadores Não Docentes.

Neste âmbito, em termos de negociação com o Ministério da Educação, na reunião realizada no dia 16 de Novembro, defendemos que deviam ser definidas um conjunto de regras a esse nível, nomeadamente a calendarização e a metodologia a utilizar.

Como estratégia para o desenvolvimento desta negociação, foi definido que seria tido em consideração o regulamento publicado, as propostas de CCT do Ministério da Educação e da FNE, reforçando-se a importância do conteúdo do Decreto-Lei nº 515/99, que tinha tido o nosso acordo, e que foi revogado pelo Decreto-Lei nº 184/2004, o qual contém constrangimentos e ineficiências pelo que devia ser alterado.

Para que os objectivos definidos fossem atingidos, traduzindo-se numa negociação eficiente, as direcções dos STAAE's reuniram de modo a prepararem as etapas seguintes.

No final do ano, no âmbito da celebração do Dia do Trabalhador Não Docente, a aplicação do SIADAP esteve novamente em análise, equacionando-se a problemática da sua aplicação, decorrente das actuações que as escolas tinham tido até ao momento.

No âmbito desta celebração foi aprovada uma resolução, no sentido de considerar como patrono dos trabalhadores não docentes portugueses o poeta António Gedeão (Rómulo de Carvalho), cujo centenário do nascimento se comemorava precisamente nesse dia.

Representatividade e Dispensas para o exercício da actividade sindical

A questão da representatividade sindical e consequente atribuição de dispensas, a tempo inteiro, para o exercício da actividade sindical, foi um aspecto no qual a FNE e os seus sindicatos estiveram envolvidos ao longo dos meses de Maio a Agosto.

Desde um primeiro projecto de despacho do Ministério de Educação, que originou uma reunião de dirigentes sindicais com o Secretário de Estado Adjunto da Educação, no Conselho Nacional da Educação, em 24 de Maio, assim como nas reuniões realizadas posteriormente, nomeadamente a 19 de Junho e 5 de Julho, a FNE sempre manifestou uma postura responsável relativamente à credibilidade do movimento sindical.

Ao longo desta negociação, tendo por base os diversos textos que o Ministério da Educação foi apresentando, assim como da nossa participação nas reuniões, fomos manifestando o nosso entendimento, devidamente registado nos pareceres que fomos elaborando.

Na sequência destas reuniões e tendo por base o Despacho da Ministra da Educação, de 12 de Julho, relativo aos Créditos Sindicais, assim como à reunião com o Ministério da Educação, no dia 26 de Julho, foi preparado o requerimento a entregar para efeitos de reconhecimento dos créditos horários, conforme previsto no referido despacho.

Participámos na comissão paritária, constituída na reunião do dia 26 de Julho, que tinha como objectivo a atribuição dos créditos sindicais, contribuindo de modo a ser possível atingir os fins para que tinha sido criada, assim como, atendendo à complexidade do processo, à definição de um conjunto de orientações a ter em consideração pelos sindicatos da FNE.

A questão da representatividade sindical esteve em vários momentos em análise e reflexão, ao nível interno da FNE, constatando-se a possibilidade de, no próximo ano, o controle da representatividade sindical ser através da quotização nas escolas, em detrimento dos extractos bancários, pelo que foram estabelecidas metas tais como a existência de uma intervenção permanente no terreno, por parte dos sindicatos da FNE, apostando na sindicalização, assim como na alteração da cobrança de quotização dos bancos para as escolas.

Alterações na Administração Pública

As medidas relativas ao congelamento da contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão, assim como a alteração ao nível da aposentação, embora conhecidas no ano de 2005, tiveram repercussões na nossa actividade durante o ano de 2006.

A implementação do SIADAP foi acompanhado nas suas diversas vertentes, particularmente no que dizia respeito aos Não Docentes.

As diversas questões com que fomos confrontados no âmbito da Administração Pública, entre elas a da mobilidade, com especial destaque para o Quadro de Supranumerários, que culminou com a realização de uma greve, no dia 6 de Julho, mereceram o acompanhamento da FNE, num permanente esclarecimento e divulgação das nossas posições.

O aumento salarial para 2007, o incremento de desconto para a ADSE, quer aos nível dos trabalhadores no activo quer o dos trabalhadores aposentados, o congelamento da contagem do tempo de serviço em 2007 foram aspectos, novamente, alvo de contestação, resultando na realização de uma greve, nos dias 9 e 10 de Novembro.

II – Acompanhamento do Sistema Educativo e da Situação Política, Económica e Social

Durante o ano de 2006, a FNE analisou, reflectiu, debateu e acompanhou de uma forma permanente todos os aspectos relacionados com o sistema educativo, de uma forma específica, e da situação política, social e económica, em geral.

Este acompanhamento traduziu-se em diferentes modalidades de relação estabelecidas, quer com o Governo, com especial destaque com o Ministério da Educação, com o Ministério das Finanças e da Administração Pública e de uma forma reduzida com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, quer com a Assembleia da República, através dos Grupos Parlamentares e da Comissão Parlamentar da Educação, assim como com o Presidente da República.

Contudo, a nível negocial, não se pode deixar de registar que o Governo adoptou sistematicamente um modelo de relacionamento com o movimento sindical que roçou as margens do legalmente aceitável.

De diversas situações que ilustraram essa actuação, o exercício da Actividade Sindical é um mau exemplo da actuação do Governo, no seu relacionamento com o movimento sindical, o qual dificulta e tenta impedir a participação dos professores e educadores no pleno direito dos seus direitos sindicais. Esta situação, da qual destacamos a participação em reuniões sindicais, foi analisada internamente, destacando-se dessa análise as seguintes questões:

- Possibilidade de serem efectuadas reuniões, durante as horas de serviço, cumprindo os formalismos previstos, mas em local diferente do local de trabalho;
- No carácter excepcional das mesmas;
- O entendimento sobre local de trabalho, nomeadamente escola ou sede do agrupamento;
- No conceito “dentro” do horário de trabalho.

Tendo em consideração a necessidade de realização de plenários e reuniões sindicais, assim como a legislação relativa à liberdade sindical, Decreto-Lei nº 84/99, foi sugerido aos sindicatos da FNE o cumprimento de um conjunto formalismos, com especial destaque para a necessidade de uma declaração confirmativa do carácter excepcional da reunião, quando for realizada durante as horas de serviço, a identificação dos dirigentes, quando for realizada nas

escolas, assim como a metodologia para a sua justificação atendendo à componente lectiva e não lectiva ao nível do estabelecimento.

Nas diversas reuniões dos órgãos estatutários da FNE, nomeadamente da Comissão Permanente, da Comissão Coordenadora do Secretariado Nacional, do Secretariado Nacional, assim como no Conselho Geral, fez-se um acompanhamento exaustivo de tudo quanto dizia respeito à Educação, analisando propostas, emitindo pareceres sobre documentos apresentados pelo Governo e por outras entidades, assim como apresentando reivindicações sobre diversas matérias.

Do conjunto dos pareceres emitidos, destacamos os seguintes:

- Organização do horário de trabalho dos docentes, 15/Fevereiro;
- Concursos (Indefinição e discriminação na graduação do Ensino Especial, Alteração das regras de concurso nos Açores, impossibilidade de inscrições dentro dos prazos, no concurso de professores), 28 de Março;
- Prazo da inscrição obrigatória no concurso de professores, 31/Março;
- Segurança dos professores portugueses em Timor, 12/Maio;
- Proposta de CCT para os trabalhadores não docentes nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, 18/Maio;
- Parecer sobre anteprojecto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico do ensino português no estrangeiro e do anteprojecto de Decreto Regulamentar que estabelece as normas técnicas relativas ao concurso para preenchimento dos lugares de docentes de ensino de português no estrangeiro, 19/Maio;
- 2º Parecer sobre anteprojecto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico do ensino de português no estrangeiro e do anteprojecto de Decreto Regulamentar que estabelece as normas técnicas relativas ao concurso, para preenchimento dos lugares de docentes de ensino de português no estrangeiro, 31/Maio;
- Parecer sobre projecto de Despacho de Créditos Sindicais, 6/Junho;
- 2º Parecer sobre projecto de Despacho de Créditos Sindicais, 21/Junho;
- Parecer sobre o concurso de professores de português no estrangeiro, 28/Junho;
- Concurso de Educadores de Infância e de Professores dos Ensinos Básico e Secundário para o ano de 2006 – Manifestação de preferências, 29/Junho;
- Primeiro comentário à proposta do ME de Regime Legal da Carreira do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário, 30/Junho;
- Comentário ao novo projecto de Despacho sobre Créditos Sindicais, 3/Julho;
- Reconhecimento da necessidade de reuniões com cada associação sindical individualmente, de forma a proteger a identidade de cada uma delas, 12/Julho;
- Projecto de Protocolo Negocial - Regras de enquadramento do processo negocial do CCT para os trabalhadores não docentes dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, 13/Julho;
- 1ª Versão do 1º Parecer à proposta do ME do Regime Legal da Carreira do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário, 13/Julho;
- 2ª Versão do 1º Parecer à proposta do ME do Regime Legal da Carreira do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário, 24/Julho;

- Pedido de dispensas sindicais, 31/Julho;
- Parecer à proposta do ME do Regime Legal da Carreira do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário, 1/Agosto;
- Parecer sobre a proposta do ME de despacho sobre colocação, por transferência ou destacamento, dos docentes dos quadros portadores de incapacidade permanente visual auditiva ou outra que, comprovadamente, dificulte ou impeça a sua mobilidade, 3/Agosto;
- Ensino Particular no Estrangeiro – Prova documental dos requisitos enunciados no Artigo 22º do ECD, 29/Agosto;
- Afectação de professores pertencentes ao QZP's, 31/Agosto;
- Profissionalização dos docentes portadores de habilitação própria, 18/Setembro;
- Informação no sentido do ME participar no Seminário Regional organizado pelo CSEE, 19/Setembro;
- Pedido de informação sobre o número de professores e educadores posicionados em cada um dos escalões da carreira docente, 22/Setembro;
- Concursos - Desrespeito pela lista graduada, 11/Outubro;
- Pedido de negociação suplementar sobre o ECD, 8/Novembro;
- Concurso de recrutamento de pessoal para o exercício de funções docentes do Ensino de Português no estrangeiro, referente ao ano escolar de 2006/07, 9/Novembro;
- Primeira apreciação da proposta de diploma que estabelece o novo regime jurídico de vinculação do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário para o exercício transitório de funções docentes ou de formação em áreas técnicas específicas, no âmbito dos estabelecimentos públicos de educação e ensino não superior, 17/Novembro;
- Exercício do direito de actividade sindical do Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas, 4/Dezembro;
- Pedido de negociação suplementar sobre o diploma que contém o regime jurídico de vinculação do pessoal docente, 12/Dezembro;
- Parecer sobre a decisão do ME (Gabinete de Gestão Financeira) de dar instruções às escolas de não pagarem a gratificação aos orientadores da prática pedagógica supervisionada dos cursos de formação inicial de professores, 12/Dezembro.

Externamente, foi solicitado, em Março, um parecer relativo à declaração de serviços mínimos na educação.

Para dar visibilidade à FNE, foi preparado um Ciclo de Debates, nas capitais regionais, entre Março e Abril, sendo um deles relativo ao Pessoal Não Docente, com o objectivo de serem analisadas questões como a carreira, aposentação e organização da escola. Devido a questões logísticas, assim como à dificuldade em concertar datas o referido ciclo de debates foi suspenso.

III – Acção Reivindicativa

A FNE teve, ao longo do ano de 2006, um empenhamento permanente, total, na acção reivindicativa, não tendo sido possível que de tal atitude resultassem resultados satisfatórios atendendo à indisponibilidade do Governo em acolher as nossas propostas e contrapropostas

que sucessivamente fomos apresentando. Esta atitude anti-negocial transformou as reuniões, designadas de negociação, num processo ritual.

Embora a intencionalidade da FNE fosse contribuir para a resolução de problemas, com a disponibilidade e empenho que nos caracteriza, apoiada em documentos escritos sobre o nosso pensamento, o Governo ficou insensível a todos os assuntos que não fossem os da sua agenda e, os que eram da sua agenda, cristalizado nas suas opiniões.

Esta situação, vivida ao longo de todo ano, sucessivamente denunciada pela FNE, tendo os seus órgãos, por diversas vezes, tomado posição sobre a atitude negocial do governo, foi no último conselho geral, mais uma vez analisada, tendo sido aprovada uma resolução, com o título “Por uma educação de qualidade, com profissionais dignificados e mobilizados”, contendo os seguintes aspectos:

- Negociação do ECD;
- Concursos de Docentes;
- Trabalhadores Não Docentes;
- Desemprego no Ensino Superior.

A inexistência da possibilidade de pagamento de subsídio de desemprego, aos professores do ensino superior, assim como aos trabalhadores da administração pública que não estejam abrangidos por esta medida de protecção social, situação intolerável, demasiadas vezes adiada, levou a FNE, mais uma vez a chamar a atenção para esta injustiça, tendo entregue no Parlamento uma proposta de alteração da lei do Orçamento de Estado para que contivesse uma rubrica que possibilite o pagamento de subsídio de desemprego.

Concursos de Docentes do Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário

Em termos de concursos, relativamente ao concurso para 2006/2009, fizemos o seu acompanhamento, tentando que os erros ocorridos nos anos anteriores não voltassem a acontecer.

Relativamente, ainda, ao concurso para 2006/2009, foi elaborado um memorando justificativo das posições assumidas pela FNE, com especial incidência no que diz respeito à abertura de vagas em Quadro de Escola.

Outras questões relativas aos docentes do Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário

Ao longo do ano todas as matérias relativas aos docentes do Pré-Escolar, Ensinos Básico e Secundário foram acompanhadas, tendo a FNE manifestado a sua posição ou elaborando pareceres ou memorandos técnicos com vista ao seu acompanhamento ou resolução.

Ensino Particular e Cooperativo

A FNE, no âmbito da Frente Sindical da UGT, negociou com a Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular (AEEP), os aumentos salariais para o ano lectivo 2006/2007, assim como alterações ao clausulado do Contrato Colectivo de Trabalho (CCT).

Atendendo a que no terreno alguns professores do sector estavam a recusar a avaliação, constatou-se a necessidade de proceder a uma intervenção através da realização de reuniões, em colaboração com os sindicatos, com especial incidência em Lisboa, Porto e Coimbra, de modo a ser possível a explicitação do acordo, o porquê da existência da avaliação, assim como a recolha de opiniões.

Nesse contexto, os sindicatos da FNE marcaram presença nas escolas, explicando o porquê da existência da avaliação de desempenho, discutindo essa problemática com os educadores e os professores, assim como explicando os acordos estabelecidos anteriormente.

Relativamente, ainda, à questão da avaliação, a FNE participou na Comissão de Acompanhamento da Avaliação, mista, com o objectivo de acompanhar a sua implementação, assim como contribuindo para a sua visibilidade, desmontando os receios e mostrando as virtualidades, demonstrando que a avaliação tinha como objectivo melhorar a qualidade do Ensino Particular.

Instituições de Solidariedade Social e Misericórdias

Ao longo do ano foram estabelecidos diversos contactos com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e com a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) sem contudo se terem obtido resultados pertinentes para os professores e educadores.

Relativamente à CNIS, a FNE participou na negociação de um novo CCT, sem ter sido possível obter um acordo. Posteriormente, requereu-se a extensão das convenções dos CCT. Quanto ao aumento salarial, não foi possível obter acordo, tendo-se assistido a um aumento de 2,3% negociado por outras organizações sindicais.

Ao nível da UMP, a revisão das matérias de natureza pecuniária, nomeadamente tabelas salariais, subsídio de refeição e abono para falhas, estiveram em negociação a partir de Abril, tendo a FNE questionado sobre as instituições que representa, assim como a não aplicação do último acordo de revisão salarial, já publicado em BTE, o não cumprimento do estipulado no ACT em vigor e o impedimento, em alguns casos, ao direito à actividade sindical, por parte dos trabalhadores e das associações sindicais.

Independentemente dos esforços desenvolvidos, não foi possível, até ao final do ano a obtenção de nenhum tipo de acordo, tendo a UMP dado instruções às instituições para procederem a um aumento salarial de 1,5%.

Ensino Superior

Foi feito o acompanhamento da implementação do Processo de Bolonha.

Continuámos a assistir, ao longo de todo o ano, à pouca visibilidade e disponibilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para reunir com a FNE, mantendo-se em aberto um conjunto de preocupações para as quais não se vislumbra resolução.

A FNE participou na discussão pública de três documentos, nomeadamente o Regime Jurídico dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET), Regime Especial de Acesso ao Ensino Superior para maiores de 23 anos e Graus e Diplomas de Ensino Superior.

Ao longo do ano, a FNE manifestou, por diversas vezes, a sua preocupação relativamente à impossibilidade de pagamento do subsídio de desemprego, aos professores do ensino Superior, bem como a precarização a que estavam sujeitos, decorrente dos problemas orçamentais das universidades e dos politécnicos, do que resultou a proposta de intervenção ao nível do Orçamento do Estado para 2006 a que já se fez referência.

No final do ano, mais concretamente em Dezembro, perante o relatório da OCDE sobre o ensino superior em Portugal, a FNE defendeu uma intervenção coerente e articulada, urgente, em relação a este sistema de ensino, a qual não pode permitir que o Estado se desresponsabilize em relação à existência e funcionamento de um sistema público de ensino superior de alta qualidade.

Professores do Ensino de Português no Estrangeiro

O Secretário-Geral da FNE reuniu, em Paris, com a Direcção do Sindicato das Comunidades Lusíadas (SPCL), no dia 8 de Maio, com o objectivo de debater a problemática dos professores de português no estrangeiro, assim como inventariar situações inadiáveis relativas a estes docentes, com especial destaque para o Regime Jurídico, concurso para preenchimento dos lugares e actualização das tabelas salariais.

Para além da negociação efectuada, descrita anteriormente, em Novembro, a FNE denunciou a situação relativa ao pagamento do Subsídio de Natal, atendendo a que as importâncias recebidas não correspondiam àquilo que era devido aos referidos docentes.

Escolas Profissionais

A FNE acompanhou ao longo do ano os aspectos relacionados com o ensino profissional, com especial incidência ao nível dos problemas existentes, preparando uma intervenção mais incisiva no próximo ano.

Trabalhadores Não Docentes

Relativamente aos Trabalhadores Não Docentes, a intervenção desenvolvida pela FNE abrangeu uma grande diversidade de facetas, conforme apresentado no início deste relatório de actividades, esperando-se que a obtenção de resultados, decorrente do trabalho desenvolvido, venha a acontecer no ano de 2007.

Frente dos Sindicatos da Administração Pública (FESAP)

A FNE participou, no âmbito da FESAP, em inúmeras reuniões com o Ministério das Finanças e da Administração Pública.

A imposição do aumento salarial, para 2006, no valor de 1,5%, por parte do governo, e o pedido de negociação suplementar, em 3 de Janeiro, o qual não se traduziu em alterações, tendo por base os valores apresentados anteriormente, são um bom exemplo da postura negocial com que tivemos que lidar.

Na primeira parte do ano, o SIADAP foi um aspecto que mereceu o maior acompanhamento, que associado à questão da mobilidade e consequentemente dos supranumerários, exigiu uma atenção permanente. Para além disso, as alterações verificadas ao nível da aposentação e do congelamento do tempo de serviço para efeitos de carreira, no final de 2005, condicionaram a nossa actividade durante o ano de 2006.

Todas estas situações, com especial para a mobilidade de pessoal e reestruturação, fusão ou extinção de serviços, com que fomos confrontados no âmbito da Administração Pública, sem que em termos de negociação fosse possível obter qualquer tipo de acordo, criaram um clima de insatisfação entre os trabalhadores, tendo a FESAP promovido uma semana de denúncia e luta, no final de Junho, e uma greve, no dia 6 de Julho.

No final do ano, a imposição do aumento salarial para 2007, o incremento de desconto para a ADSE, quer para os trabalhadores no activo, quer para os trabalhadores aposentados e o congelamento da contagem do tempo de serviço, também em 2007, foram aspectos contestados, através de diversas actividades, culminando na realização de uma greve, nos dias 9 e 10 de Novembro.

Nesse contexto, a FESAP solicitou a intervenção do Presidente da República, assim como participou em audiências na Assembleia da República, com os vários Grupos Parlamentares,

com a Comissão de Trabalho e Segurança Social e de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, tendo como objectivo a correcção das iniciativas do governo que se traduziam num completo e permanente prejuízo para os trabalhadores.

Do ponto de vista interno da FESAP, em diversas reuniões foi analisado o seu funcionamento interno, tendo a FNE participado de uma forma activa.

For fim, referir que a FNE colaborou na elaboração do Caderno Reivindicativo da FESAP, para 2007.

IV – Comunicação

Ao longo de todo o ano de 2006, fizemos comunicados, folhas informativas, cartazes, agenda, para divulgação pelos sindicatos aos seus associados, às escolas e à opinião pública de todas as nossas posições, reivindicações e lutas.

A nível interno, após cada reunião, com o objectivo de divulgar rapidamente os assuntos tratados, as posições assumidas e outras informações consideradas pertinentes, foi elaborada uma informação para os membros com assento na respectiva reunião, assim como para os presidentes dos sindicatos

O Jornal “Notícias da Federação”, publicado periodicamente, por cinco vezes durante o ano, teve uma edição em Fevereiro, Abril, Maio, Setembro, edição especial relativa ao ECD, e Dezembro.

Foi também realizada a “3 Folhas”, nos meses de Maio, Julho e Novembro, assim como a “Folha On-Line”, num total de 18 exemplares, respectivamente 6 em Agosto, 4 em Setembro, 4 em Outubro e 4 em Novembro.

Relativamente aos comunicados à imprensa foram elaborados, ao longo do ano, 31, incidindo sobre todas as áreas de intervenção da FNE.

Foram realizadas várias Conferências de Imprensa, em conjunto com outras organizações de professores, já relatadas anteriormente, ou a título individual, nas quais se distribuíram textos à Comunicação Social.

Tendo como meta a maior visibilidade possível, todos os convites recebidos da comunicação social, bem como todos os contactos e pedidos de entrevista, tiveram o melhor acolhimento, traduzindo-se num grande número de presenças nos Jornais, Rádio e na Televisão,

O site da FNE, sempre com informação actualizada, viu o número de consultas aumentar de uma forma visível, possibilitando a divulgação das nossas actividades, posições, propostas e reivindicações, bem como de todos os conteúdos que entendíamos pertinentes para docentes e não docentes.

Foram contabilizadas, ao longo de todo o ano de 2006, um total de 373.883 consultas, tendo sido registado o valor mais alto, em termos mensais, em Outubro, nomeadamente 52.457.

Também o “micro-site” relativo ao Estatuto da Carreira Docente, teve um número considerável de visitas, nomeadamente 13.288, tendo sido registado o maior número de visitas em Outubro, com 5.219.

De referir ainda as “Votações on-line” que, ao longo do ano, foram sendo propostas sobre assuntos e questões pertinentes, que mereceram a atenção de um grande número de participantes.

Associado ao funcionamento do site, o envio da “Newsletter da FNE”, de Janeiro a Dezembro, respectivamente 11, 8, 5, 6, 9, 5, 7, 14, 16, 21, 14 e 9, perfazendo um total de 125, permitiu de uma forma sempre actual, em cima do acontecimento, a divulgação de informação recente a todos os dirigentes, educadores e professores registados.

V – Actividades Culturais e Sociais

Foi desenvolvido um conjunto de actividades, de âmbito cultural e social, de modo a destacar momentos significativos para os trabalhadores e para o movimento sindical.

Assim, celebramos o:

- Dia Mundial do Professor, no dia 5 de Outubro;
- Dia do Trabalhador Não Docente, em 24 de Novembro.

Participámos nas comemorações do 1º de Maio, em Gaia, organizadas pela UGT, com um conjunto assinalável de stands, tendo estado presente um grande número de associados dos vários sindicatos que constituem a FNE.

A FNE participou com um stand na Didáctica 2006, nas instalações da Exponor, no Porto, entre os dias 4 e 7 de Maio.

No final do ano, foi realizada uma reunião dos responsáveis pelo Sector de Regalias Sociais dos sindicatos que constituem a FNE, para equacionar uma actuação comum, de modo a obter as melhores condições, em termos de protocolos, para os associados.

VI – Cimeiras

Uma delegação da FNE reuniu em Madrid, nos dias 15 a 17 de Maio, com dirigentes da FETE-UGT, com o objectivo de trocar informações sobre as realidades educativas e sindicais de Portugal e Espanha.

O Secretário-Geral da FETE-UGT, assim como dirigentes da federação das comunidades autónomas deram a conhecer aspectos organizativos e estratégicos de dinâmica sindical que caracterizam a sua actividade, tendo por sua vez a FNE apresentado informações relativas à sua actuação.

Foi, ainda, feita uma apresentação do Estatuto da Carreira Docente, existente em Portugal, assunto com especial interesse para os dirigentes da FETE-UGT, atendendo a que nessa altura estavam em negociação para a existência, pela primeira vez, do seu estatuto.

Os dirigentes dos sindicatos da FNE, das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, apresentaram o contexto da sua actuação sindical, atendendo às suas realidades.

No âmbito desta cimeira, foi decidido manter este tipo de troca de informação, ficando prevista a sua realização, no ano seguinte, em Portugal.

VII – Participação nas Organizações em que estamos Filiados

Participámos e demos todo o contributo às organizações em que nos encontramos filiados, nacionais e estrangeiras, de âmbito sindical, pedagógico e formativo, nomeadamente:

União Geral dos Trabalhadores (UGT)

- Reuniões

- Comissão Permanente
- Comissão Executiva
- Secretariado Nacional
- Conselho Geral
- Plenários de Sindicatos

- A nível Interno

- Seminário de Reflexão Interna, Ferreira do Zêzere, 11 e 12/Setembro
- Reunião de sindicatos, da área dos serviços de interesse geral, para preparação da campanha de recolha de assinaturas para uma petição ao Parlamento Europeu, Lisboa, 21/Dezembro

- Comissão Sectorial de Educação

- Reunião da Comissão, Lisboa, 16/Janeiro, 20/Fevereiro, 22/Junho, 27/Dezembro

- Comissão Sectorial de Economia Social

- Reunião da Comissão, Lisboa, 7/Fevereiro

- Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Negociação Colectiva

- Reunião do Grupo, Lisboa, 24/Fevereiro, 24/Março, 28/Abril, 30/Junho, 14/Julho, 29/Setembro, 17/Novembro e 15/Dezembro

- Comissão de Mulheres

- Comissão Mulheres, Lisboa, 1/Fevereiro
- Seminário "Prostituição e Tráfico de Mulheres, Porto, 11 de Março

- Ala de Quadros

- Reunião da Ala de Quadros, Lisboa, 25/Janeiro

- União Geral de Consumidores (UGC)

- Reunião de Direcção, 29/Março
- Assembleia-Geral, 11/Abril e 26/Outubro

- Associação Agostinho Roseta

- Conselho Geral da Associação Agostinho Roseta, 18/Janeiro

- Seminários e Conferências

- Seminário, 20/Janeiro

- Conferência “A Europa e a Dimensão Social”, Lisboa, 31/Janeiro
- Conferência “A Estratégia de Lisboa. Desafios para o Crescimento e Emprego”, Lisboa, 29/Março
- Seminário “Dia Nacional da Prevenção”, Lisboa, 28/Abril
- Seminário “Delegações Regionais”, Leiria, 26 e 27/Maio
- Seminário “A Reforma da Segurança Social”, Lisboa, 29 de Maio
- Seminário “Segurança Social”, Porto, 18/Setembro
- Seminário “Livro Verde das Relações Laborais”, Lisboa, 12/Outubro
- Seminário “Sindicalização”, Lisboa, 27/Outubro
- Conselho Económico e Social (CES)
 - Acordo Bilateral de Formação Profissional, Lisboa, 8/Fevereiro
 - Comissão Permanente, Lisboa, 12/Julho e 21/Julho
 - Plenário do Conselho Económico e Social, Lisboa, 31/Março, 14/Julho e 26/Outubro
- Concertação Social
 - Reuniões, 24/Março, 25/Maio e 19/Junho
 - Quadro de Referência Estratégico Nacional, Lisboa, 29/Março
 - Serviços de Interesse Geral, Lisboa, 5/Abril
 - Livro Verde sobre “Relações de Trabalho e Segurança Social”, Lisboa, 12/Maio
 - Regime da Segurança Social, Lisboa, 4/Julho
 - Regime da Segurança Social, Lisboa, 10/Julho
 - Regime da Segurança Social, Lisboa, 5/Setembro
 - Trabalho Temporário, Lisboa, 13/Setembro
 - Reforma da Segurança Social, Lisboa, 26/Setembro
 - Segurança Social e Salário Mínimo, Lisboa, 10/Outubro
 - Salário Mínimo e Formação Profissional, Lisboa, 20/Novembro
 - Rendimento Mínimo Garantido, 28/Novembro
- 1º de Maio
 - Reunião de Organização, 21/Março
 - Participação
 - “Comissão Pensar”, 29/Maio

Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE)

- Painel da Qualidade em Educação, Malta, 8 e 9/Março

- Seminário “Ensino Superior e Investigação”, Sesimbra, 16 a 18/Março
- Seminário “Defesa da Educação Pública na EU”, Vilnius, 22 a 25/Março
- Seminário “Reforçar o Diálogo Social Europeu em Educação II”, Bruxelas, 27 e 28/Março
- Seminário “Condições de Trabalho dos Docentes”, Barcelona, 24 e 25/Abril
- Secretariado Executivo do CSEE, Varsóvia, 11/Maio
- Conferência “L’Europe a besoin des enseignants”, Bruxelas, 12/Junho
- Painel da Qualidade, Bruxelas, 3/Outubro

Internacional da Educação (IE)

- Mesa redonda: “Educação para a Infância”, Paris, 22/Abril
- Seminário “Diálogo Social na Europa II”, Bratislava, 18 e 19/Maio
- Encontro Internacional “The Future of Universities”, Grécia, 26 e 27/Junho
- Conferência Conjunta da IE com grupo de trabalho da TUAC sobre estudos internacionais (PISA 2006 e Situação Profissional dos Docentes), Paris, 5 e 6/Setembro
- Mesa redonda: “Diálogo Social na Europa”, Budapeste, 25 e 26/Setembro

Estrutura Pan-Europeia da Educação

- Comissão Pan-Europeia Educação, Varsóvia, 10/Maio
- Conferência “Situação das Mulheres”, Budapeste, 25 e 26/Setembro
- Mesa redonda: “Formação Profissional e Aprendizagem ao Longo da Vida”, Bruxelas, 5 a 7/Outubro
- Assembleia-Geral, Luxemburgo, 4 a 6/Dezembro

Trade Union Advisory Committee (TUAC) – OCDE

- Comité Consultivo Sindical para a Educação e Formação (OCDE), Paris, 9 e 10/Maio
- Comité Consultivo Sindical para a Educação e Formação (OCDE), Paris, 13 e 14/Novembro

VIII – Outras Participações

A FNE participou em imensas actividades de âmbito institucional, sindical, ao nível nacional e internacional, partidário, assim como em inúmeras Conferências e Seminários.

Presidência da República

- Reunião com o Presidente da República, no âmbito da UGT, 26/Abril, Lisboa.

Assembleia da República

- Conferência Parlamentar sobre a “Escola a Tempo Inteiro”, do Grupo Parlamentar do PS, Assembleia da República, 23/Fevereiro
- Debate Nacional sobre Educação “O que é que a sociedade espera da escola nos próximos dez anos?”, Sala do Senado da Assembleia da República, Lisboa, 22/Maio
- Reunião com o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, na Assembleia da República, 10/Julho
- Reunião com o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, na Assembleia da República, 20/Julho
- Reunião com o Grupo Parlamentar do CDS-PP, na Assembleia da República, 25/Julho
- Seminário “A Gestão das Escolas”, do Grupo Parlamentar do PSD, Lisboa, 19/Setembro

Conselho Nacional da Educação (CNE)

- Seminário, Lisboa, 7/Fevereiro
- Audição Pública, no âmbito do Debate Nacional da Educação “Como vamos melhorar a Educação nos próximos 10 anos?”, Lisboa, 20/Setembro
- Debate Nacional da Educação “Como vamos melhorar a Educação nos próximos 10 anos?”, Covilhã, 26/Setembro
- Seminário “Motivação dos Jovens Portugueses para a Ciência e a Tecnologia”, 16/Novembro
- Seminário “Equidade na Educação”, 16/Novembro
- Seminários “Aprendizagem das Ciências nas Novas Tecnologias”
- Seminário “Alunos em Risco – Escola Inclusiva”
- Conferência Internacional “A Educação das crianças dos 0 aos 12 anos – Estrutura e Organização da Educação de Infância Básica”, Lisboa, 4/Dezembro
- Seminário “Acesso ao Ensino Superior: Equidade e Empregabilidade”, Porto, 4/Dezembro
- Seminário “Estatuto Jurídico das Instituições do Ensino Superior”, Lisboa, 11/Dezembro
- Seminário “Governo e Gestão das Organizações Escolares”, Lisboa, 12/Dezembro

Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE)

- Reunião, tendo como objectivo o conhecimento e posterior acompanhamento das iniciativas que o Ministério da Educação está a levar a efeito no âmbito do PISA 2006 e do Estudo sobre os Professores, Lisboa, 7/Julho

Instituto Superior de Educação e Trabalho (ISET)

- Assembleia-Geral da AFJET, Porto, 22/Março

- Reunião FNE/UNSA, Paris, 15/Outubro
- Seminário “Flexibilidade no Trabalho”, Estocolmo, 25 a 29/Novembro
- Em representação da UGT, no Congresso da UGT da Tunísia, 14 a 16/Dezembro

Partidário

- Reunião com o Presidente do Partido Social-Democrata, Lisboa, 21/Julho

Seminários e Conferências

- Seminário da Associação de Professores de Educação Física, Coimbra, 12/Janeiro
- Seminário “Modernizar o Emprego Público: Que percursos? Que soluções?”, da Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP), Lisboa, 23 e 24/Março,
- Seminário sobre o Processo de Bolonha, Universidade do Minho, Braga, 25/Outubro
- Conferência “Educação, Inovação e Desenvolvimento”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 27 e 28/Novembro
- Seminário “Serviços Públicos de Qualidade: Qualidade de Vida”, Lisboa, 28/Novembro
- II Colóquio de Sociologia da Educação e Administração Educacional, Universidade do Minho, Braga, 29 e 30/Novembro
- Sessão de apresentação pública do Relatório de Avaliação do Sistema de Ensino Superior, organizado pela OCDE, Lisboa, 14/Dezembro
- Conferência “As Relações de Vizinhança da EU no contexto Euro-Mediterrânico”, Montijo, 15/Dezembro

Outros

- Apresentação do Campeonato da Língua Portuguesa, Lisboa, 5/Janeiro
- Almoço de Homenagem a Barbosa de Oliveira, Lisboa, 13/Janeiro
- Sessão de Encerramento do 31º Encontro da CONFAP, em Braga, 4/Março
- Campanha da Semana Global para a Educação, tendo como lema “Todas as crianças precisam de um professor”, organizada pela Oikos e pela Escola Superior de Educação de Lisboa, Março
- Didáctica 2006, Matosinhos, 4 a 7/Maio
- Recepção da delegação do SDPMadeira, com Directores Regionais, 11/Maio
- Tomada de Posse do Reitor da Universidade de Lisboa, Aula Magna da Reitoria, Lisboa, 23/Maio
- Jantar do 30º Aniversário da AEEP, Lisboa, 2/Junho
- Congresso da Associação da Escola Cultural, Lisboa, 21/Outubro